



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Gomes Serpa, Monise

PERSPECTIVAS SOBRE PAPÉIS DE GÊNERO MASCULINO E FEMININO: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA COM MÃES DE MENINAS VITIMIZADAS

Psicologia & Sociedade, vol. 22, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 14-22

Associação Brasileira de Psicologia Social

Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326443003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**PERSPECTIVAS SOBRE PAPÉIS DE
GÊNERO MASCULINO E FEMININO: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA COM MÃES DE MENINAS VITIMIZADAS**
*PERSPECTIVES OF THE MASCULINE AND THE FEMININE ROLES:
AN EXPERIENCE WITH MOTHERS OF VICTIMIZED GIRLS*

Monise Gomes Serpa
Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, Brasil

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar os papéis masculinos e femininos expressos por mães de meninas vítimas de violência intrafamiliar. A perspectiva de gênero relacionada à manutenção e ao enfrentamento desse tipo de violência também foi avaliada. Participaram do estudo nove mães, com idades entre 26 e 68 anos, atendidas em uma instituição em Teresina, Piauí. Foram realizados três encontros nos quais eram usadas técnicas projetivas, corporais e psicodramáticas. Os resultados apontaram que concepções machistas passadas pelas mães no processo educativo, a constante associação da representação masculina como uma figura violenta e o não reconhecimento das mães sobre suas capacidades são fatores relevantes para a manutenção da violência. É importante que, no contexto da violência, intervenções abordem temas como cidadania e o conhecimento de serviços e políticas públicas, a fim de protegerem e empoderarem as mulheres e suas filhas no enfrentamento da violência.

Palavras-chave: feminino; masculino; violência de gênero; submissão.

ABSTRACT

The study aimed to identify the masculine and feminine roles of the mothers of victimized children and adolescents. A gender perspective was taken on the confrontation or the maintenance of domestic violence. Nine women, aged 26 to 68 years old participated in group meetings in which projective, corporal and dramatic techniques were used. Results showed that sexist mother-child transmission, association between masculinity and violent behavior, and lack on the recognition of their own skills may maintain violence. In the context of violence, psychologists have to promote strategies of intervention that focus on the empowerment of the participants, improving their knowledge about citizenship and protective policies and services.

Keywords: feminine; masculine; gender violence; submission.

Este estudo partiu de uma experiência de atendimento com mães de crianças e adolescentes do sexo feminino, em uma instituição pública de atendimento para vítimas de violência doméstica em Teresina, Piauí. O objetivo deste estudo foi identificar as perspectivas das mães, atendidas na instituição, sobre os papéis masculinos e femininos e sua relação com a violência doméstica sofrida, como também sobre as perspectivas para o enfrentamento dessa situação. A instituição atende crianças e adolescentes do sexo feminino, entre as idades de 09 a 18 anos, que sofreram ou sofrem violência física, psicológica, sexual e negligência. A intervenção psicológica realizada partiu de uma perspectiva sócio-histórica na qual se compreende a pessoa como um ser em constante transformação,

a partir da sua realidade social e cultural, e não em seus aspectos individualizantes, determinados por uma "natureza" humana e isolados do seu contexto (Bock, 2001). Com isso, o plano de ação institucional propunha uma intervenção psicoterapêutica que possibilitasse a manifestação dos modos de vida peculiares não só das adolescentes atendidas, como também das suas famílias. Tal atuação levava em consideração todos os aspectos que envolviam o contexto, como a comunidade em que viviam, o grupo doméstico e as implicações do próprio processo de institucionalização das crianças e adolescentes atendidas. O tema deste estudo partiu da própria demanda das mães nos atendimentos individuais e grupais, como também de suas filhas atendidas no projeto para buscarem o melhor

entendimento da situação de violência vivida e a busca por superação. Para esta análise, fez-se necessário refletir sobre a noção de família instituída na sociedade, as concepções de gênero no decorrer da história e o contexto socioeconômico das vítimas.

A violência doméstica vem chamando a atenção da sociedade por situar a agressão na família, um espaço instituído socialmente, até então tido como de proteção, como um *locus* privilegiado de afeto e espaço de socialização do ser humano. A família é um contexto de proteção social aos riscos que possam surgir ao longo do desenvolvimento humano e possibilita à criança a troca permanente de afeto, abertura ao diálogo, sensibilidade, coesão, disciplina consistente e coerente (De Antoni, Hoppe, Medeiros, & Koller, 1999). Apresenta também importância na transmissão dos valores culturais, na garantia da subsistência econômica, na formação de gênero e de solidariedade entre as gerações (Goldani, 2002). Quando a família deixa de ser um fator de proteção, seus membros tornam-se vulneráveis, favorecendo comportamentos violentos, abusivos e patológicos (Ferreira & Prado, 2004). O que faz uma família ser ou não um fator de proteção não está apenas na suas características intrínsecas, porque ela não é um sistema isolado. A inserção em um contexto sócio-histórico mais amplo deve ser considerada, por isso a necessidade de entendimento das ideias macrossistêmicas sobre os papéis de gênero e como são percebidos e apropriados na própria vivência das famílias. Segundo Bronfenbrenner (1979/1996), o macrossistema abrange os aspectos culturais, ideológicos, políticos, sociais, religiosos que influenciam no desenvolvimento das pessoas. Assim, a maneira como os pais educam seus filhos, os valores que lhes são transmitidos, seja sobre o que é ser homem e/ou ser mulher, assim como a forma como a sociedade define esses papéis, são fatores importantes na formação de gênero.

As dificuldades atuais das famílias em prover e atender às necessidades de seus membros podem ser acentuadas por um sistema político-econômico que tem gerado altos índices de desemprego, pobreza e miséria, principalmente nos países em desenvolvimento (Gomes & Pereira, 2005). Tais condições levam os pais e mães a atividades frenéticas pela sobrevivência própria e de seus filhos, em um contexto de estrutura carente, imprevisibilidade nas atividades diárias e níveis exacerbados de estimulação ambiental e ao consumo. Tal situação caótica pode influenciar no desenvolvimento e na manutenção da competência parental, como também pode produzir processos que geram disfunção. Cecconello e Koller (2003) exemplificam essa situação com famílias que vivenciam eventos de vida estressantes, como desemprego dos pais, doença crônica ou divórcio, e que podem apresentar disfunção nos processos proximais de interação de pais

e filhos, gerando baixa responsividade parental às necessidades infantis. Os processos proximais referem-se às relações recíprocas de um ser humano ativo com pessoas, objetos e símbolos contidos no contexto imediato das pessoas (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Acrescentam-se a esses eventos de risco o uso de drogas, a transgeracionalidade do abuso e da violência e o sexismo das sociedades atuais nas quais essas famílias se encontram.

O fato de a violência intrafamiliar ser situada no território doméstico e, assim, localizada na ordem do “privado”, distancia ainda mais o problema da esfera pública e coloca, de forma perversa, o sistema familiar como único responsável pela situação (Coimbra, 2002). No entanto, a violência doméstica não pode ser tomada como algo isolado, porque as crenças e a influência cultural permeiam as relações internas da família. Um pai, alcoolizado, poderá agredir os filhos e a esposa repetidamente, gerando conflitos e transtornos audíveis na vizinhança, baseado na crença de que tem propriedade sobre a sua família. Muitas vezes a própria vizinhança legitima essa crença quando acha que não deve se intrometer e não denuncia, assim, a violência presenciada cotidianamente. Por isso, mesmo que haja instâncias de denúncia e intervenção, elas só poderão ser acionadas desde que haja consciência social sobre os direitos humanos por parte da população em geral (De Antoni & Koller, 2004). Por isso, falar de família vulnerável é também falar de uma sociedade vulnerável, da mesma forma que falar de violência doméstica é falar da violência social.

As mulheres têm sido as maiores e mais frequentes vítimas da violência intrafamiliar perpetrada por maridos, companheiros, pais e padrastos (Hermann & Barsted, 2000), ou seja, por pessoas do sexo masculino. Por isso, faz-se necessária uma análise mais profunda sobre as relações de gênero instituídas. A concepção de gênero engloba as relações sociais que estruturam, instituem e organizam a sociedade e a forma como os homens e mulheres se relacionam entre si, se inserem na sociedade e executam suas atividades (Arrazola, 1997). As concepções dos papéis diferenciados de gênero têm sido passadas pelas famílias, escola, mídia, literatura e cinema (Meyer, 2003). Os desenhos animados infantis, por exemplo, exibem papéis femininos e masculinos estereotipados, como meninas dóceis e submissas e meninos valentes e dominadores (Rael, 2003). As meninas lutam pela honra de seus amos e senhores e os meninos pela força de suas conquistas. Tais concepções de gênero sublinham o significado dos papéis que cada indivíduo executará socialmente, como a maneira de pensar, agir, vestir-se e de se relacionar com o seu próprio corpo e com o do outro (Arrazola, 1997). Mais do que isso, tais concepções expressam o que será esperado socialmente

de cada um deles. A questão a ser respondida é como essas se tornaram motivos de dominação de um sexo em detrimento do outro. Segundo Guareschi (1996), as relações de dominação se estabelecem quando um indivíduo ou grupo se apodera do poder do outro e, com isso, passa a lidar com esse outro de forma desigual. As mulheres, no seu processo de constituição do gênero feminino, tiveram o seu espaço subjugado ao masculino, sendo tratadas como seres mais frágeis, dependentes, e com menos direitos sociais.

A cultura patriarcal, no decorrer da história, impôs ao feminino uma lógica de dominação e opressão. As mulheres tinham o seu papel reconhecido socialmente apenas enquanto mães e esposas e, mesmo no espaço doméstico, o pai era a figura de poder (Narvaz & Koller, 2006a). Cabia ao homem a responsabilidade de sustentar a família, detendo, assim, o poder econômico familiar, e a mulher, por não trabalhar, dependia economicamente do homem, justificando, assim, muitas vezes, a sua subjugação (Dantas-Berger & Giffin, 2005). Na Idade Média, por exemplo, a violência sexual contra mulheres era socialmente aceita, sendo justificada pela necessidade de afirmação da virilidade masculina e o direito de impô-la (Gibbes, 1993). Nos dias atuais, ainda é muito comum justificar a violência sexual contra a mulher como fruto de uma "natureza" masculina, caracterizada por impulsos sexuais ditos "incontroláveis". À mulher, em muitos casos, ao invés de ser atribuída a condição de vítima da violência, é apontada a responsabilidade pelo que "provocou" no homem. Reforça-se, assim, a lógica de que a sexualidade feminina está à mercê da masculina (Nobre, Torres, & Farias, 2004; Serpa, 2005).

No que tange aos aspectos familiares, a realidade de que o papel masculino continua representando a lei e a autoridade tem sido questionada (Narvaz & Koller 2006a; Santos 2004). A condição de desemprego masculina e a flexibilidade feminina para buscar formas de sobrevivência têm gerado mudanças sociais importantes, mas que desafortunadamente não são desfrutadas por todas as famílias. Apesar de todas as conquistas advindas das lutas feministas, a representação social sobre a mulher continua sendo focada no espaço familiar, cabendo a ela o cuidado afetivo aos membros da família à qual pertence. Como mostra Madeira (1997, p. 45), há a crença de que "a mulher deve ser controlada, destinada ao doméstico, um ser de direitos relativizados". A mãe continua sendo a personificação da afetividade e a intermediadora dos conflitos e, mesmo que tenha independência financeira ou que seja em realidade a provedora da família, tende a manter, em alguns grupos sociais, um papel de submissão ao masculino. Mesmo com a ampliação dos papéis femininos, a maternidade e o casamento ainda são as funções mais destacadas para a mulher, principalmente pelos meios de comunicação.

A mídia reproduz, de forma sutil e contundente, concepções ideológicas sexistas sobre a mulher que terminam mantendo relações de dominação (Meyer, 2003). As novelas de ampla audiência no Brasil são um exemplo disso. Quase sempre terminam as suas histórias com casamentos e gravidez. Outro elemento que da mesma maneira demonstra isso é o número crescente de livros de "autoajuda" voltados para o público feminino que se tornaram best-sellers, ensinando às mulheres como se relacionar com homens. Sobre maternidade, é possível notar a responsabilização pela mídia da mulher na criação de seus filhos. Noticiários jornalísticos mostram, com grande repúdio, mulheres que abandonam os seus filhos logo após o seu nascimento, mas, por outro lado, ignoram os pais dessas mesmas crianças que foram abandonadas ainda na barriga da mãe. Assim, romper com o ciclo da violência, para as mulheres, significa também a desconstituição de sua ideia de família, e tal situação pode representar a falência de seu papel como mulher. Esse sentimento de falência não é só reforçado pelo discurso midiático, mas também pela ciência e pelo estado (Narvaz, 2005).

Certamente, o aspecto socioeconômico da família, embora não determinante, deve ser considerado um fator relevante para o estudo da violência. A relação de exploração imposta pelo sistema capitalista, como forma privilegiada de produção, fez com que as relações de dominação fossem "naturalizadas", não só no âmbito do trabalho, mas também nas relações interpessoais, em concepções de subjetividade, papéis sociais e configurações familiares (Narvaz, 2005). A mulher tem a submissão como uma condição necessária para a sua adaptação social, seja econômica, emocional e cultural. Segundo dados do Censo 2000 (www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000), o número de mulheres brasileiras como arrimo de família tem aumentado e já representa 41,39% da população economicamente ativa do país, o que pode sinalizar algumas mudanças com relação à dependência econômica feminina. Mas, de acordo com o mesmo censo, a independência econômica nem sempre é fator favorável à mulher, que se vê obrigada a trabalhar fora e dentro de casa, além de ganhar menos que o homem.

Portanto, o fenômeno da violência contra a mulher engloba diversos aspectos econômicos, históricos e culturais. Esses estão arraigados numa sociedade "naturalizada" como falocêntrica, que responsabiliza as mulheres pelo cuidado de seus filhos (com ou sem a presença de um pai), que não valoriza o seu trabalho de forma equitativa (seja dentro ou fora de casa), que legitima a violência (seja física, psicológica ou sexual). Romper com esse ciclo da violência requer, necessariamente, um estudo aprofundado dessa questão e um esforço generalizado de todas as instâncias que lidam

com a proteção das vítimas dessa violência. O presente estudo propõe-se a analisar as representações de ser homem e de ser mulher expressas por mães de meninas vítimas de violência intrafamiliar, assim como suas perspectivas de gênero relacionadas à manutenção e ao enfrentamento desse tipo de violência.

Método

Participantes

Participaram deste estudo nove mães de meninas vítimas de violência doméstica, atendidas em uma instituição pública. As mães tinham de 26 a 68 anos e provinham de famílias que estavam abaixo da linha de pobreza e de extrema pobreza, da periferia da cidade de Teresina, Piauí. Apenas três mães trabalhavam fora de casa, sendo duas empregadas domésticas e outra vendedora de alimentos no mercado. Cinco dessas mães sobreviviam da bolsa família, bolsa escola ou pensão. Essas mulheres eram responsáveis pelo orçamento familiar. Duas mulheres tinham um companheiro que não residia em sua casa, mas participava do orçamento familiar. Das nove mães, duas estudaram até ensino fundamental completo e as demais até a quarta série.

Procedimentos e Instrumentos

Seguindo o plano de ação do serviço de Psicologia da instituição, as famílias das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica eram acompanhadas quinzenalmente em grupo, chamado de “grupo de convivência”. Nesse, eram utilizados dois enfoques: terapêutico e informativo. No enfoque terapêutico eram trabalhadas situações trazidas pelas famílias, com o uso de técnicas psicoterapêuticas. No informativo eram discutidos temas relevantes para as famílias, principalmente no que tangem a sua cidadania e ao conhecimento de serviços e políticas públicas. Os conteúdos dos encontros eram planejados no início do semestre com as próprias famílias e, no final de cada semestre, eram feitas avaliações sobre as atividades realizadas, junto com as mesmas. Para cada encontro foram elaborados convites informando o dia e o horário da reunião. Esses convites foram entregues às crianças e adolescentes e solicitado que fossem levados para as suas mães. Como muitas dessas mães têm dificuldade de ler, foi solicitado também que as filhas lessem o conteúdo do convite para elas.

As mães que participaram deste estudo estiveram em três encontros terapêuticos quinzenais, com duas horas de duração cada, nos quais foram utilizadas técnicas psicodramáticas e projetivas, por meio de desenhos. O primeiro encontro teve como tema de trabalho dentro do enfoque terapêutico: “Ser homem e ser mulher”. O

objetivo era refletir como cada uma das mães vivenciava a condição de ser mulher e como percebiam o papel do homem, nas dimensões psicológicas e sociais. Os recursos utilizados foram música e desenho, em duas etapas. A primeira consistiu no aquecimento preparatório, no qual se utilizou técnica psicodramática, para o desenvolvimento da espontaneidade e engajamento do grupo nas atividades subsequentes (Bustos, 1982). Em seguida, foi realizado um relaxamento com as participantes deitadas no chão, ao som de uma música instrumental de ritmo lento. No relaxamento, foi solicitado que as participantes observassem primeiramente a própria respiração, e depois as ideias e os afetos percebidos no momento. Depois, foi entregue a cada uma delas uma folha de papel, lápis grafite e colorido, para que desenhassem o que significava ser homem e ser mulher. O desenho foi escolhido como um dos instrumentos por facilitar a manifestação simbólica das participantes, pois a maioria não era alfabetizada. Terminados os desenhos, cada uma relatou o que os seus desenhos significavam. Para essa etapa foi reservado um tempo maior, oportunizando a fala de todas. O encontro terminou com uma avaliação coletiva do que foi ou não produtivo no grupo.

No segundo encontro foi trabalhado o tema: “Relação de gênero e poder”. O objetivo foi analisar as relações de poder entre os gêneros, que geravam e reforçavam a violência doméstica. Foi exibido um filme da Pastoral da Criança chamado “Criança: o direito de ser amada” como atividade de aquecimento. O filme mostrava cenas de violência contra a mulher. Depois, foi feito um momento introspectivo com uma música lenta instrumental no qual, todas sentadas, de olhos fechados, refletiram sobre a situação apresentada no filme e a sua relação com o contexto em que viviam. Em seguida, partilharam coletivamente as suas reflexões e experiências com violência. Ao final, foi realizada uma avaliação sobre as atividades desenvolvidas no grupo.

No terceiro encontro foram trabalhadas possibilidades, dentro do contexto vivido pelas mães, de enfrentamento da violência doméstica. Foi feita uma reminiscência coletiva dos encontros anteriores, como forma de aquecimento, e, em seguida, o grupo foi dividido em subgrupos. Cada subgrupo escolheu uma cena dramática em que os seus membros vivenciariam papéis que mostrassem modos diferentes de lidar com a questão feminina, no contexto doméstico. Elaboradas as cenas, os subgrupos apresentaram para os demais e em seguida houve o compartilhamento do que foi percebido e vivenciado nessas cenas. Depois foi feita uma avaliação das atividades realizadas dividindo o grupo em subgrupos. Foi dada a cada subgrupo uma folha de papel pardo, sendo que de um lado elas colocaram os pontos positivos e do outro os negativos. Ao finalizar a avaliação, foram apresentadas as redes de apoio à mulher,

como a delegacia e defensoria, por meio de cartilhas informativas feitas pelas respectivas instituições. Com isso, pretendia-se fortalecer as iniciativas das mulheres que ali desejassem denunciar a violência sofrida.

Resultados e discussão

Os dados foram analisados a partir da transcrição detalhada dos encontros, após a sua realização, no prontuário de atividades da instituição e também pelos dados registrados no diário de campo da mediadora das atividades. Todo profissional da equipe técnica tem acesso, por uma senha pessoal, ao prontuário geral e ao banco de dados sobre as famílias atendidas, e lá registram todo o acompanhamento realizado. Portanto, outros registros também poderiam ser levados em conta.

Os registros dos encontros foram analisados, utilizando-se a análise de conteúdo, segundo Bardin (1977/1979). Três categorias temáticas foram destacadas: (1) família e papéis masculinos e femininos; (2) feminilidade das filhas e (3) resistência e submissão à violência. Na primeira categoria - família e papéis masculinos e femininos - as unidades de sentido referiram-se à valorização dada à imagem masculina como um elemento fundamental para o bem-estar das participantes e de suas famílias. Na segunda - feminilidade das filhas - foram incluídas as unidades de sentido referentes às representações de gênero feitas pelas participantes sobre o seu papel como mulher e o de suas filhas e como tais concepções relacionam-se à submissão feminina. Na terceira - resistência e submissão à violência - foram analisadas as unidades de sentido referentes à relação entre mulheres e homens, atitudes de subjugação e poder, assim como expectativas e desejos.

Família e papéis masculinos e femininos

A presença masculina foi descrita como muito presente no cotidiano da família e das mulheres, especialmente relacionada à constituição da noção de família e de sua feminilidade. As mulheres revelaram insistir em buscar, no homem, uma resposta aos papéis socialmente estereotipados de provedor e de autoridade familiar. Tais papéis eram expressos principalmente quando elas descreviam suas expectativas de ter um companheiro masculino para auxiliar na criação dos filhos e dar segurança à família perante a sociedade. O status de "casada" também foi mencionado como valorizado na função designada ao papel feminino. Tais concepções de família, status e expectativas de cumprimento de papel de companheiro estavam baseadas no modelo de família nuclear patriarcal que essas mulheres possuíam: o homem constituindo-se como autoridade e chefe da casa. Esse modelo foi contrastado

com a realidade dessas mulheres que, na sua maioria, eram as provedoras e representavam a autoridade nas suas famílias. As mulheres perceberam que estavam em uma busca quase que constante por um companheiro que correspondesse aos modelos estereotipados masculinos: "*Eu tentei dar certo com os pais dos meus filhos. Mas num deu ... Hoje, nenhum deles ajudam na criação deles ... Desisti de procurar um companheiro...*" (S, 34 anos, mãe de 4 filhos).

O modelo de família nuclear parece ter sido transmitido transgeracionalmente a essas mulheres, que se mostravam em uma luta para mantê-lo, mesmo diante do já claro "fracasso" do casamento, revelado pela expressão da violência e a separação, como expresso: "*Sai de casa porque não aguentava a violência do meu marido. Voltei para a casa dos meus pais, mas eles não aceitam que eu tenha abandonado meu marido... Me olham com raiva... Isso me deixa muito triste...*" (L, 28 anos). A cobrança familiar e social para se manter casada, em algumas situações, contribuiu para que essas mulheres se percebessem em uma condição inaceitável socialmente.

Feminilidade das filhas

A construção de um modelo de família nuclear e de moralidade, no entanto, se reproduzia na expectativa de constituição familiar para as filhas. A questão moral do sexo foi um dos pontos mais levantados pelas mães, quando afirmaram que suas filhas deveriam casar-se virgens. A justificativa para tal fato estava baseada na expectativa de que os maridos devam ser os primeiros na vida sexual das mulheres. Esse foi um fato relevante, pois muitas dessas mães, diante da possibilidade de ter ocorrido uma primeira relação sexual de suas filhas, não só usavam a expressão "prostituir-se", fazendo referência a uma prática sexual fora do casamento, como cogitavam a possibilidade de submetê-las a um exame de virgindade. O mais interessante é que esse discurso ganhava força na própria fala feminina nos grupos. A própria mãe assumia um discurso repressor sobre a sexualidade feminina, mostrando indignação e revolta pela quebra de um código moral vigente na sociedade. Essa revolta, no entanto, parecia estar fundamentada na própria história de vida dessas mulheres, que atribuíam à virgindade a garantia de um maior respeito social e, conseqüentemente, de um casamento melhor. A causa dos problemas atuais em suas famílias, para muitas, estava relacionada ao fato de elas mesmas não terem sido "*dignas*" até o casamento, ou seja, não terem preservado a própria virgindade. Com isso, as relações desiguais de gênero eram repassadas de forma cíclica de mães para filhos e filhas (Mendonça, 2002; Nobre et al., 2004). As mulheres reproduziam o modelo social de repressão e submissão, mesmo sendo vítimas constantes

dele: “*Elas têm que se cuidar, senão ninguém vai querer coisa séria com elas. Veja minha situação, olhe como eu estou hoje!*” (P, 32 anos, 4 filhos).

Resistência e submissão à violência

Como forma de resistir à violência doméstica, muitas mães optaram, diante de todas as experiências frustradas, por viverem sem uma companhia masculina. Tal opção não parecia ser fácil, já que tinha como pano de fundo um sentimento de fracasso por não terem conseguido manter nenhum relacionamento estável. Precisavam, também, enfrentar a sociedade que cobrava delas uma família nucleada, como forma de se estabelecer socialmente. Esse desejo expressa-se no relato: “*Com o meu companheiro passei a me sentir mais segura no meu bairro, a ser mais respeitada. Agora eu não sou mais S, sou mulher de P*” (S, 29 anos, 2 filhas).

A dissonância vivida por essas mulheres sinalizava mais uma forma de violência, devido à lógica social de exigir da mulher a presença masculina mesmo diante da violência sofrida. Muitas mulheres idealizavam a figura masculina a partir das representações sociais feitas do homem como provedor e cuidador da mulher e da família, contrastando, assim, com a realidade vivida por elas. O homem ideal não havia surgido para elas, assim como o modelo de família tradicional não fora constituído na sua vida. Muitas delas buscavam realizar esse desejo a partir das suas filhas, exigindo que elas seguissem os padrões sociais de forma rígida (como a questão da virgindade já citada). Assim, como estratégia de aceitação social, as mães buscavam, de alguma forma, seguir as normas sociais vigentes sobre o ser mulher, mesmo que isso as submetesse a formas constantes de violência.

A submissão, característica da representação social do papel feminino, apareceu nas falas das mães, ao relatarem obediência às ordens masculinas, mesmo quando a autoridade estava representada por um filho mais velho ou mesmo quando o companheiro estava ausente. Diziam: “*Meu filho é incapaz de pegar um copo d’água, mesmo que esteja perto da geladeira. Ele aponta para a geladeira e eu pego a água para ele*” (M, 68 anos, 4 filhos). “*Eu não uso roupas curtas e nem saio de casa, porque mesmo ele morando em outra cidade, ele disse que fica de olho em mim*” (V, 40 anos).

A submissão, como forma de lidar com a violência, fazia parte de um processo em que a mulher passava a assumir o discurso do poder masculino em detrimento do feminino como seu, não reconhecendo, assim, a violência sofrida com tal situação (Colling, 2004). Esse “consentimento” da mulher parecia ser algo favorecido e incentivado pelas instâncias de poder como a medicina, o direito, a igreja, a escola e a mídia, que

exercem forte influência no processo de convencimento da mulher de que o homem seria a instância máxima de poder (Colling, 2004).

A dor sofrida pela violência vivida deixou marcas nessas mulheres. Muitas delas, como visto, não conseguiram mais estabelecer uma relação afetiva saudável nem com outros companheiros, nem com seus próprios filhos. Para suas filhas, transmitiam os mesmos valores socioculturais legitimadores da violência que sofreram. A manutenção da violência foi tão bem-sucedida que atingiu o imaginário feminino, fazendo com que elas mesmas naturalizassem a violência.

A imagem que faziam do homem demonstrava uma representação negativa, comparada a “*monstros e animais, como o cachorro*”. Por outro lado, apesar da imagem de submissão e sofrimento associada à mulher, existia a representação da resistência, da força para sobreviver a todas as animosidades do seu gênero, pois a maioria criou a sua filha sozinha, sem a participação masculina, seja como provedor ou educador.

A contradição vivida por essas mulheres que, ao mesmo tempo em que buscavam uma presença masculina nas suas vidas, conseguiam manter a sua família sem eles, estava estampada nas falas das mães. Muitas vezes, elas não conseguiam justificar os motivos pelos quais tentavam manter uma relação que não lhes oferecia sustento financeiro, afetivo, nem educativo para os seus filhos. O modelo da família desejado (família nuclear) não correspondia à sua realidade e, em prol desse desejo, muitas vezes, haviam exposto seus filhos a uma situação de violência pelos seus companheiros.

Nas intervenções em grupo, constatou-se a dificuldade em elaborar papéis diferenciados da realidade cotidiana que rompessem com os modelos tradicionais sobre os papéis femininos e masculinos. O silêncio inicial e as alegações de como seria esse rompimento demonstravam as dificuldades não só em refletir sobre como seriam esses papéis, mas, principalmente, como exercê-los em si mesmas. O feminino em contraponto com o masculino levava suas identidades a serem também questionadas, pois constituíam sua ideia de mulher como um reflexo do que é ser homem. No entanto, a constante experiência de violência representada nos atores sociais masculinos mais próximos de sua vida (pais, filhos e companheiros) não só naturalizava a violência, como amortecia qualquer iniciativa de mudança na forma de pensar por parte das mulheres. O contraste maior ocorria quando percebiam a disparidade entre as suas reais ações e vivências atuais e o preconceito e os estereótipos que possuíam em suas vidas. Mas, mesmo diante de tudo isso, algumas mães se permitiram atitudes de resistência, como saírem de casa sozinhas, sem se preocuparem com queixas dos eventuais companheiros

ou com a possibilidade de terem uma prática de responsabilidade parental compartilhada.

As mães avaliaram como aspectos positivos, ao final dessa experiência, uma sensação de bem-estar e de empoderamento ao buscarem vivenciar uma relação afetiva baseada em parâmetros de igualdade e respeito, portanto sem violência. No final dos encontros foram entregues cartilhas informativas sobre as redes de apoio à mulher, explicando a função de cada uma delas. Muitas mães mostraram-se surpresas ao saber da existência de uma defensoria da mulher e de um serviço específico, numa maternidade, para vítimas de violência sexual. Apesar do fato de muitas mães não saberem ler, a entrega da cartilha, seguida da sua explicação, foi um aspecto significativo, pois representou o registro concreto de que elas tinham direitos e que esses direitos as protegiam. Conhecer os seus direitos como mulher e cidadã foi mais um passo para o fortalecimento do papel feminino no enfrentamento da violência e no cuidado com as filhas. Dar conhecimento ao direito e cidadania em projetos sociais tem sido apontado como um dos mais eficientes atos na prevenção da violência doméstica (Gomes, Minayo, Assis, Njaine, & Schenker, 2006).

No final do trabalho, foi possível perceber que o tempo disponibilizado para os encontros poderia ser ampliado, diante da necessidade dessas mães de relatarem todas as suas dores, muitas delas veladas pelo "pacto do silêncio". Muitas mulheres optaram por não falar da violência sofrida, seja por medo ou vergonha de quebrar a imagem de "família feliz" (Narvaz & Koller, 2006b), até que uma oportunidade lhes seja oferecida através de uma intervenção que lhes permita uma análise desses papéis. A visão da violência doméstica, já aqui discutida, como um problema da ordem do privado e também do público, pode ser também um elemento que favoreça o rompimento desses silêncios. As intervenções permitem que essas mulheres escutem a própria voz, vejam seus próprios exemplos e se conscientizem de que usam estratégias de resistência contra a violência e que elas mesmas precisam apropriar-se e especializar-se mais no uso dessas. Quando chegam a procurar ajuda, já se encontram em estado avançado da violência, como em casos de lesões físicas graves e ameaças de morte. A fala dessas mulheres, nesses encontros, ganhou força ao tirar as suas experiências do anonimato e ao situá-las no âmbito coletivo. Ali o discurso era único: o direito de ser feliz.

Considerações finais

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, pois envolve não só questões de gênero, mas também aspectos culturais, sociais e econômicos.

As mães de meninas vítimas de violência intrafamiliar buscaram superar a violência sofrida e refletir sobre o papel que estavam desempenhando socialmente e na vida de suas famílias. Suas noções, envolvendo família e feminilidade, mostravam privilegiar os papéis masculinos em detrimento ao feminino, no que diz respeito à autoridade, poder e força. Essas dificuldades não poderiam ser explicadas apenas pela violência de gênero, mas pela própria desigualdade econômica e social em que viviam as famílias de baixa renda, o que limitava seu acesso ao conhecimento e aos serviços. Mulheres pobres têm desvantagem em se tratando de violência de gênero, pois necessitam mais das políticas públicas (Narvaz & Koller, 2006a).

Os valores sociais passados pelas mães para as suas filhas e filhos, sobre os papéis de gênero, demonstraram ser um aspecto relevante para a manutenção de submissão da mulher. As mães repassavam para as suas filhas as cobranças, feitas sobre elas, de como lidar com a sua sexualidade, e quando as suas filhas não correspondiam a essas expectativas, utilizavam também, como os homens da família haviam feito antes, violência física e psicológica como forma de coerção.

A associação constante do papel masculino como uma figura violenta poderia estar contribuindo para que as mulheres buscassem, como companheiro, homens que correspondessem a esse papel ou pelo menos que permitissem desempenhá-lo. A aparente conformidade das mulheres em aceitar o seu papel de submissão fez com que muitas delas demonstrassem dificuldade em se imaginar atuando em um papel mais participativo e com maior igualdade perante os homens nas decisões familiares. Mesmo quando assumiam a responsabilidade de suas famílias sozinhas ou quando conseguiam romper com a violência, não percebiam essas atitudes como uma estratégia de resistência e exercício de autonomia diante de um contexto regido pelo poder atribuído ao homem. As atividades desenvolvidas com o grupo permitiram a construção de um espaço coletivo que questionasse esses papéis, fazendo com que o desejo de mudança fosse verbalizado e discutido como uma questão de direito e de cidadania.

No trabalho com essa realidade, os profissionais devem apresentar compreensão de que a violência contra a mulher não é só problema da ordem do privado, mas um problema de saúde pública. A Psicologia, que vem se inserido no campo das políticas públicas, tem buscado, cada vez mais, estratégias de intervenção que considerem a realidade sócio-histórica. A compreensão de que a cultura da violência de gênero produz concepções errôneas sobre a mulher que a despotencializa perante o masculino pode favorecer uma intervenção mais eficaz de superação e enfrentamento da violência.

É preciso romper com modelos que limitam a atuação ao *setting* terapêutico tradicional nos casos de violência intrafamiliar. Atividades grupais terapêuticas, grupos de encontro e intervenções comunitárias podem alcançar as demandas e auxiliar na ação e integração com outras instâncias públicas, como, por exemplo, a defensoria ou delegacia para mulheres. A relação com essas instâncias deve ser fortalecida através de contatos sistemáticos, nos quais os profissionais envolvidos possam discutir as políticas de atendimento e os aspectos que as envolvem. As conquistas já adquiridas pelas mulheres e sociedade organizada devem ser sempre lembradas nas intervenções para que fortaleçam não só a cidadania dessas mulheres como também o compromisso que os profissionais e a comunidade devem ter em todo esse processo.

Referências

- Arazola, L. S. D. (1997). O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In F. R. Madeira (Ed.), *Quem mandou nascer mulher?* (pp. 347-402). Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). São Paulo: Edições 70/Livraria Martins Fontes. (Original publicado em 1977)
- Bock, A. M. B. (2001). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In A. M. B. Bock, M. G. Marchina, & O. Furtado (Eds.), *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 15-35). São Paulo: Cortez.
- Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol. 1, pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Bustos, D. (1982). *Aplicações da técnica psicodramática*. São Paulo: Summus.
- Carvalho, I. M. M. & Almeida, P. H. (2003). Família e proteção social. *São Paulo Perspectiva*, 17(2), 109-122.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Coimbra, M. B. (2002). Violência do estado e violência "doméstica": o que têm em comum? In C. Rauter, E. Passos, & R. Benevides (Eds.), *Clínica e política subjetividade e violação dos direitos humanos* (pp. 77-88). Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/TeCorá.
- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In M. N. Strey, S. T. L. Cabeda, & D. R. Prehn (Eds.), *Gênero e cultura: questões contemporâneas* (pp. 13-38, Coleção Gênero e Contemporaneidade). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2). Acesso em 02 de fevereiro, 2007, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000200008.
- De Antoni, C., Hoppe, M. W., Medeiros, F., & Koller, S. H. (1999). Uma família em situação de risco: resiliência e vulnerabilidade. *Interfaces: Revista de Psicologia*, 2(1), 81-85.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2004). A pesquisa ecológica sobre violência no microsistema familiar. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 311-335). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferreira, M. F. L. & Prado, M. C. C. A. (2004). Violência familiar e homossexualidade: as vítimas do silêncio. In M. C. C. A. Prado (Coord.), *O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana* (pp. 241-276). São Paulo: Vetor.
- Gibbes, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Goldani, A. M. (2002). Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19, 30-48.
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357-363.
- Gomes, R., Minayo, M. C. S., Assis, S. G., Njaine, K., & Schenker, M. (2006). Success and limitations in the prevention of violence: A case study of nine Brazilian experiences. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(2), 397-408.
- Guareschi, P. (1996). Relações comunitárias-Relações de dominação. In R. H. F. Campos (Ed.), *Psicologia social comunitária - da solidariedade à autonomia* (pp. 81-89). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hermann, J. & Barsted, L. L. (2000). *Violência contra a mulher: um guia de defesa, orientação e apoio* (3ª ed.). Rio de Janeiro: CEPIA/CEDIM.
- Madeira, F. R. (1997). A trajetória das meninas dos setores populares: escolas, trabalho ou... reclusão. In F. R. Madeira (Ed.), *Quem mandou nascer mulher?* (pp. 45-133). Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos.
- Mendonça, M. C. V. (2002). *Pedagogia da violência de poder entre mães e filhas*. Recife: Bagaço.
- Meyer, D. E. (2003). Gênero e educação: teoria e política. In G. L. Louro, J. F. Nekel, & S. V. Goellner (Eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação* (pp. 9-27). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em www.psicologia.ufrgs.br/cep_rua
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006a). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006b). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *PSICO PUCRS*, 37, 7-13.
- Nobre, M. T., Torres, L. M., & Farias, P. W. S. (2004). *Formação Policial, violência contra a mulher e cidadania: uma experiência na delegacia da mulher de Aracaju*. Aracaju: Ed.UFS; Salvador: EDUFBA.
- Rael, C. C. (2003). Gênero e sexualidade nos desenhos da Disney. In G. L. Louro, J. F. Nekel, & S. V. Goellner (Eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação* (pp. 160-171). Petrópolis, RJ: Vozes

Santos, M. F. S. (2004). Representações sociais e violência doméstica. In L. Souza & Z. A. Trindade (Eds.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp. 132-145). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Serpa, M. G. (2005, dezembro). Crianças e adolescentes em situação de risco: um estudo sobre gênero e estereótipos sexuais [Resumo]. In *Resumos de Comunicações Científicas, V Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (p. 123). São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (SBPD).

Monise Gomes Serpa é formada em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialista em educação pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora de Psicologia do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, Santa Maria/RS. Endereço: R. Professora Duplan, nº 88, Aptº 401. Rio Branco. Porto Alegre/RS. CEP 90420-030. Email: monise.serpa@gmail.com

Recebido em: 27/02/2008

Revisão em 10/12/2008

Aceite final em: 26/3/2009

Como citar:

Serpa, M. G. (2010). Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino: um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 14-22.